



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: uma trajetória de contradições, avanços e desafios

Por: Elícia Thanés Sodré de França¹

elicia@ifap.edu.br

Resumo

A compreensão da trajetória da educação profissional no Brasil requer o entendimento de cada contexto histórico, dos modelos políticos e econômicos adotados e dos conflitos de classes, cujos arcabouços orientaram todo o aparato legal e conceitual balizadores dos diferentes modelos de instituição escolar, de ensino e formação que respaldaram o funcionamento dessa modalidade ao longo da história da educação brasileira. O panorama aqui apresentado permitirá entender a relação existente entre a educação e o trabalho, marcada por contradições, interesses e desafios, cujos fatores determinantes vinculam-se diretamente às demandas do sistema produtivo e às expectativas dos grupos sociais.

Palavras-chave: Educação Profissional; Instituições de ensino; Formação.

Rezumo

La kompreno de la trajektorio de profesia edukado en Brazilo postulas la komprenon de ĉiu historia kunteksto, de la politikaj kaj ekonomiaj modeloj adoptitaj kaj de klasaj konfliktoj, kies kadroj gvidis la tutan leĝan kaj konceptan kadron de la malsamaj modeloj de lernejoj, edukado kaj trejnado kiu apogis la funkciadon de ĉi tiu kategorio laŭlonge de la historio de brazila edukado. La panoramo prezentita ĉi tie permesos al ni kompreni la rilaton inter edukado kaj laboro, markitaj de

¹ É Mestra em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, é Especialista em Educação Profissional Integrada na Modalidade EJA pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP, é Especialista em Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar pela Faculdade Santa Fé – FSF e Graduada e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. É servidora pública federal, docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT e Técnica em Administração, Pedagoga, atuando na disciplina de Homem, pensamento e cultura: abordagem filosófica e antropológica, no curso Técnico em Alimentação Escolar – Ead. É representante do IFAP no Fórum Estadual de Aprendizagem Profissional do Amapá.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

kontraŭdiroj, interesoj kaj defioj, kies determinantaj faktoroj rekte rilatas al la postuloj de la produktema sistemo kaj la atendojn de la sociaj grupoj.

Palavras-chave: *Profesia Edukado; Institucioj educativas; Trejnado.*

Abstract:

The understanding of the trajectory of professional education in Brazil requires the understanding of each historical context, of the political and economic models adopted and of class conflicts, whose frameworks have guided the whole legal and conceptual framework of the different models of school institutions, education and training Who supported the operation of this modality throughout the history of Brazilian education. The panorama presented here will allow us to understand the relationship between education and work, marked by contradictions, interests and challenges, whose determining factors are directly linked to the demands of the productive system and the expectations of social groups.

Keywords: *Professional education. Educational Institutions. Formation.*

Educação profissional: do Brasil Colônia à Monarquia

Durante grande parte do período denominado Brasil colônia (1530 até a independência, em 1822), não há registro da oferta de educação profissional no país, de forma sistêmica. O Brasil era uma colônia de Portugal, assumindo como tal o papel de consumidor dos produtos da corte, bem como fornecedor de produtos primários, entre os principais, pau-brasil, ouro, algodão e açúcar. A base da economia assentava-se na “monocultura, com grandes latifúndios e mão de obra escrava”, constituindo um “modelo agrário-exportador dependente” (ARANHA, 1996, p.99).

Portanto, a educação não era prioridade para a coroa portuguesa, visto que não havia necessidade de mão de obra especializada e diversificada para trabalhar na principal atividade econômica da época, a agricultura. Ainda assim, a coroa delegou aos jesuítas a responsabilidade pela educação dos povos que aqui viviam, com modelos de ensino distintos de acordo com a posição social de cada grupo, mas com o mesmo propósito: a reprodução das relações de dominação e da ideologia advinda do poder real. Os jesuítas



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

criaram as escolas elementares, secundárias e os seminários, monopolizando o ensino no Brasil durante 210 anos.

Uma iniciativa desse período que merece ser mencionada trata-se do aparecimento de Centros de Aprendizagem de Ofícios, criados nos Arsenais da Marinha, cujos aprendizes eram moradores de rua, capturados durante a noite pela patrulha do Arsenal, bem como presos que apresentassem boas condições físicas para o trabalho. Pelo público alvo atendido, percebe-se que, em primeira instância, o objetivo dessas escolas era prestar assistência social e, em última instância, promover a aprendizagem de um ofício.

Em 1816, D. João VI criou a escola de Belas Artes, direcionada ao “ensino de ciências e de desenho para ofícios mecânicos”. Segundo Gallindo (2013, p. 44), essas instituições imprimiram mais um caráter ao ensino profissional, o utilitarista, aliando-se ao outro caráter já existente, o assistencial. Dessa forma, prestavam assistência aos pobres e desvalidos e, igualmente, combatiam a “criminalidade e vagabundagem”, preservando a ordem social nas cidades do país.

O modelo econômico do período colonial gerou uma configuração da sociedade brasileira desfavorável à relação entre educação e trabalho, visto que este último assentava-se em uma atividade predominantemente manual, conferida aos escravos. O trabalho manual sinalizava a classificação social do indivíduo, ocasionando ações de preconceito e repulsa dos demais segmentos sociais com relação a esse tipo de atividade. Por sua vez, a educação caracterizava-se pelos estudos das letras, humanidades e artes, uma atividade estritamente intelectual.

No período correspondente a monarquia não ocorreu grandes alterações na estrutura econômica e social do país, que se encontrava em transição do “modelo agrário-exportador dependente” para um “modelo agrário-comercial-exportador dependente”, com 03 segmentos sociais distintos: “os grandes proprietários rurais, os homens livres não proprietários e os escravos” (ARANHA, 1996, p.150).

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Em se tratando da educação, registram-se muitas iniciativas no sentido de promover a organização do ensino, mediante a elaboração de leis e decretos, mas que na prática não obtiveram nenhuma efetivação, porque não se coadunavam com a realidade local e, muitas vezes, eram impossíveis de serem implantados devido à falta de condições mínimas de ordem financeira, técnica, pedagógica e política. Prevaleceu a adoção de medidas pontuais e voltadas à garantia dos interesses da classe dominante como, por exemplo, a prioridade na oferta do ensino superior.

Particularmente, o ensino técnico era visto com preconceito e desinteresse pela classe dominante, que privilegiava os estudos das humanidades, das ciências e das artes, bem como as profissões liberais, em oposição aos estudos voltados ao trabalho, que formassem mão de obra para as atividades primárias e secundárias. As escolas criadas nesse período referentes ao ensino de ofícios eram voltadas para mendigos, moradores de rua, órfãos, pessoas com necessidades especiais, como os cegos e surdos mudos, com o objetivo de ensiná-los certos ofícios, mantendo-os ocupados e longe da criminalidade. Assim reproduziam o mesmo ideário dos Centros de Aprendizagem de Ofícios criados no Brasil colônia, com predomínio do caráter assistencialista e utilitarista.

A Educação profissional: da Primeira República a Era Vargas

O século XX trouxe para o Brasil o desafio do progresso, do crescimento econômico e social, mediatizados principalmente pela expansão da industrialização e urbanização, em contraposição ao modelo agroexportador dependente ainda em vigência. Essa nova realidade interna que se impunha ocorreu como reflexo de acontecimentos mundiais relevantes, que repercutiram sobremaneira no sistema produtivo nacional, exigindo-lhe novas respostas e adaptações. Por conseguinte, a educação ganhou centralidade nas discussões suscitadas por alguns segmentos sociais, como a burguesia



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

urbana e comercial, os intelectuais e os militares, que almejavam mais acesso à escola, por entender seu papel e importância no processo de desenvolvimento do país.

A nova configuração da economia brasileira implicou em mais um papel ao ensino profissional que, de caráter assistencialista voltado aos pobres, passou a ser visto como instrumento de preparação da mão de obra para as indústrias em processo de implantação no país. Destarte, a iniciativa que alavancou o processo de expansão dessa modalidade de ensino. Em 1906, Nilo Peçanha, então presidente do Estado do Rio de Janeiro, implantou o ensino técnico na região, a partir da criação de 04 escolas profissionais: três para o ensino de ofícios, distribuídas entre as cidades de Campos, Petrópolis, Niterói; e uma para a aprendizagem agrícola, localizada em Paraíba do Sul.

Em 1909, Nilo Peçanha no exercício do mandato de presidente do Brasil (1909/1910), assinou o Decreto nº 7.566/1909, instituindo 19 Escolas de Aprendizizes Artífices em várias capitais do país, voltadas ao ensino industrial, primário e gratuito, com vistas ao atendimento das classes menos favorecidas economicamente. Conforme expressa o próprio Decreto, deveriam atender prioritariamente os filhos dos operários, indivíduos com grande probabilidade de “cooptação pelo crime, mais propensos à mendicância e ao ócio” (MÜLLER, 2013, p.95).

Desse modo, as Escolas de Aprendizizes Artífices reforçavam o caráter assistencialista e utilitarista atribuídos ao ensino profissional desde a colônia. Regattieri e Castro (2009) consideram essas escolas como o “embrião da atual rede de instituições federais de educação tecnológica”.

Em um contexto que se aproximava dos anos 20, o ensino profissional deparava-se com questões abrangentes e complexas. Müller (2013), em seus estudos, aponta que as escolas enfrentavam dificuldades de ordem estrutural e pedagógica, concernentes às instalações físicas, a falta de profissionais qualificados para o ensino, a ausência de uma organização didático-pedagógica unificada para os cursos ofertados, bem como as altas



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

taxas de evasão. Por sua vez, Gomes (2013) ressalta dois aspectos importantes a respeito da formação oferecida nas escolas profissionais nesse período: primeiro, a defasagem dos estudos ainda voltados para o aprendizado de ofícios artesanais, enquanto o setor produtivo encontrava-se na fase da manufatura, requerendo, portanto, o aprendizado de ofícios manufatureiros; segundo, a formação era destinada prioritariamente à instrução, com poucos estudos teóricos e muitas atividades práticas, haja vista a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Isso implicava em um ensino de pouca qualidade, principalmente porque os conhecimentos não se coadunavam com as demandas da sociedade. Não menos grave, implicava na perpetuação da dualidade do sistema escolar, representado por dois modelos distintos de formação: “educação acadêmica para a elite” e “educação de baixo nível e precária” para os demais grupos sociais (GOMES, 2013, p.60).

No contexto de reordenamento da conjuntura política e econômica brasileira, reflexo da crise econômica mundial de 1929, assumiu o poder central Getúlio Vargas, em 1930. A trajetória de Getúlio Vargas no comando do Brasil durou 15 anos e ficou conhecida como a Era Vargas, um marco na história do país, sobretudo, pelas mudanças nas áreas econômica e social, e em particular, pelas políticas educacionais voltadas ao ensino profissional. Desde o seu primeiro governo, na década de 30, o país foi marcado pela implantação do modelo econômico nacional-desenvolvimentista, com ênfase na industrialização nacional e no fortalecimento do mercado interno.

O impacto desse novo cenário na área educacional revelou-se mediante a necessidade de ampliação do acesso à educação escolar à classe pobre e melhoria da qualidade do ensino, visto que o crescimento dos setores da indústria e do comércio requisitava cada vez mais um contingente de trabalhadores, com qualificação para ocupação dos postos de trabalho.

Particularmente, o ensino profissional, como um todo, não recebeu a devida atenção por parte do governo como modalidade importante para alavancar o processo de

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

desenvolvimento do país. O ensino industrial, importante na conjuntura econômica do momento, não foi alvo da reforma educacional realizada na década de 30. Apenas o ensino comercial foi normatizado, por meio do Decreto Federal nº 20.158/31, que estabeleceu sua organização em nível médio, bem como regulamentou a profissão de contador. Ressalta-se que o status de nível médio conferido ao ensino comercial permitia tão somente o acesso ao nível superior do Curso de Finanças.

A Carta Magna de 1937 tornou-se a primeira constituinte a contemplar de forma específica o ensino técnico, profissional e industrial, explicitados no art.129 como primeiro dever do Estado e voltado às classes menos favorecidas. Este mesmo artigo também determinou como obrigação das indústrias e dos sindicatos a criação de escolas de aprendizagem relacionadas à sua área de atuação, voltadas para o seu quadro de funcionários e os filhos destes. Ainda em 1937, a Lei nº 378 determinou que as Escolas de Aprendizizes e Artífices fossem transformadas em Liceus Industriais, responsáveis pela oferta de ensino profissional, de todas as áreas e níveis de ensino.

A década de 40 ensejou um novo cenário para a educação nacional, com a implantação de uma série de leis que organizavam os níveis e as formas de ensino, denominadas Leis Orgânicas², mais popularmente chamadas de Reforma Capanema em alusão ao ministro da educação, Gustavo Capanema. A nova conjuntura dada ao ensino industrial se consolidou com a publicação do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, possibilitando a organização de uma rede federal, constituída por essas instituições de ensino. Nesse processo, a formação profissional adquirida nessas escolas equiparou-se ao nível secundário.

²No tocante ao ensino profissional, foram aprovadas as seguintes leis: Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42); Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6.141/43); Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530/46); Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/46).

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Apesar do empenho e interesse do governo em aprovar um novo marco legal regulamentando a organização do ensino profissional, em consonância com o processo de industrialização vigente no país, houve um descompasso entre o instituído legalmente e as ações desenvolvidas na prática. O crescimento e a efetivação do ensino profissionalizante proclamados pelo poder público não se implantaram na mesma proporção das demandas das indústrias, que necessitavam, de imediato, mão de obra qualificada. Os cursos ofertados nas escolas públicas não garantiam boa formação. Além disso, duravam em média 04 anos de estudos para sua conclusão. Outra situação que perdurou diz respeito à falta de articulação do ensino profissional com o ensino secundário, não permitindo a mobilidade do aluno entre esses dois cursos, e a limitação no acesso ao ensino superior, sendo possível o ingresso nesta etapa somente na área profissional correspondente ao curso técnico.

A alternativa do governo para amenizar o problema ocorreu mediante a autorização para criação e funcionamento de um sistema de ensino mantido pelo setor privado, especializado na formação e qualificação de trabalhadores para a indústria e o comércio. Esse sistema ficou conhecido popularmente como S4, em menção as quatro instituições que compunham o referido sistema de ensino: em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); em 1946 surgiram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

Essa realidade acentuou o modelo educacional excludente e com formações distintas para as classes sociais, conforme sua condição socioeconômica. O ensino secundário permaneceu de caráter científico e propedêutico, frequentado pelas classes mais favorecidas, como caminho em busca de formação que os tornassem a futura classe dirigente. E o ensino profissional, voltado para formação e qualificação da classe



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

trabalhadora e de seus filhos, permaneceu como única alternativa de estudos para obtenção de emprego e garantia de sobrevivência na sociedade.

A Educação profissional nos governos populistas

Em 1946 foi promulgada uma nova Constituição Brasileira, em um contexto de redemocratização do modelo político brasileiro, com a retomada da liberdade dos direitos políticos, da escolha dos governantes pelo povo e das atividades do Congresso. Dava-se início aos governos populistas (1946-1964), que foram acompanhados por um modelo econômico baseado no nacional-desenvolvimentismo, pela expansão da urbanização e industrialização, fenômenos que alteravam a estrutura social levando ao aumento da burguesia, das classes médias e proletariado.

No início dos anos 60, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LBDEN nº 4.024, em 1961. O teor dessa lei não atendia às expectativas das camadas sociais progressistas, uma vez que foi dificultada a possibilidade de uma rede de ensino público democrático, em razão das concessões feitas à rede privada, entre as quais a garantia de verbas públicas para suas escolas. A referida lei permitiu a plena equivalência entre o ensino secundário e o profissional, possibilitando ao aluno a circulação pelos diferentes ramos do ensino médio - secundário, normal e técnico - e o acesso ao ensino superior.

Vale ressaltar um fato importante concernente ao ensino profissional ocorrido anteriormente à aprovação da referida LDBEN. Refere-se à publicação do Decreto nº 47.038, de 16 de fevereiro de 1959, que transformava as Escolas Industriais e Técnicas em Escolas Técnicas Federais, formando a rede federal de ensino técnico. Tal mudança implicou principalmente na configuração de uma nova natureza jurídica a essas instituições, assumindo a condição de autarquia, sendo-lhes permitido gozar de autonomia administrativa e pedagógica.

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

De acordo com Aranha (1996), a LDBEN nº 4.024/61 não tratou o ensino profissional com a devida importância requerida pelo sistema produtivo. O número de estabelecimentos de ensino existentes não atendia a demanda do mercado por técnicos qualificados. Havia poucas escolas e muitas vagas de trabalho abertas em busca de profissionais diplomados. A alternativa encontrada pelas empresas de grande porte, nas quais era indispensável a qualificação do trabalhador para o alcance dos resultados esperados, foi a implantação de programas de treinamento em serviço, mediante a oferta de cursos de curta duração, com o objetivo de qualificar a mão de obra contratada.

Por sua vez, Tomé (2012) destaca um aspecto relevante imbricado tanto na LDBEN nº 4.024/61, quanto no Decreto nº 47.038/59. No plano formal, tais legislações induziam a ideia de rompimento da visão preconceituosa de que a educação profissional era voltada tão somente à classe pobre, haja vista a equivalência com o ensino secundário e a possibilidade de acesso ao curso superior. No plano real, a situação era bastante diferente, pois a formação oferecida nos cursos técnicos priorizava os estudos para o trabalho, em detrimento dos estudos das outras áreas do conhecimento contempladas no ensino secundário e requeridas na seleção aos cursos superiores. Isso nos leva a compreensão de que o esforço do governo em implementar políticas voltadas ao ensino profissional visava, sobretudo, ao atendimento das necessidades e exigências do setor econômico que, diante do crescimento e da diversificação do parque industrial, passava a requerer mão de obra qualificada para atuação neste espaço produtivo.

Dessa forma, assistia-se ao encerramento de mais um período da História em que as questões educacionais foram tratadas conforme os interesses e necessidades dos grupos dominantes, com projetos distintos de formação, de acordo com a conjuntura política e econômica e a classe social dos indivíduos. Novamente, ficava em segundo plano a concretização de um projeto de Estado que garantisse educação pública e democrática, destinada, sobretudo, às classes menos favorecidas economicamente.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A Educação profissional na ditadura militar

No dia 31 de março de 1964 instaurou-se no Brasil a ditadura militar, um regime político autoritário e repressivo, que cassou o estado de direito e vigorou durante 21 anos, sob o comando de generais presidentes. A ditadura não pretendeu alterar o modelo econômico vigente baseado no capitalismo monopolista dependente do capital internacional, que viabilizava cada vez mais a entrada de investidores estrangeiros no país. Tal modelo sustentava-se na concentração de renda, no arrocho salarial, aumento da inflação e endividamento externo. No entanto, transformou o modelo político nacionalista-populista pelo “desenvolvimento com segurança”, formado apenas pela direita conservadora, caracterizado por ser extremamente repressivo e violento aos grupos contrários ao governo.

A repercussão desse novo contexto político e econômico no campo educacional refletiu-se mediante a adoção dos princípios taylorista/fordista, típicos do sistema produtivo, no âmbito escolar, tendo em vista alinhar o processo de formação às demandas e exigências da sociedade industrial. Ideias como racionalidade, objetividade, eficiência e produtividade foram incorporadas à educação, servindo como fundamentos da tendência tecnicista. Uma série de reformas e mudanças foram planejadas e executadas, com o propósito de garantir o enquadramento do sistema educacional ao sistema capitalista internacional. Destarte, para a promulgação das Leis nº 5.540/68 e 5.692/71, respectivamente, do ensino superior e do ensino de primeiro e segundo graus.

Em se tratando do ensino de 2º grau, este passou a ter caráter profissionalizante para todos os alunos que cursassem essa etapa. Uma tentativa de criação da escola única, eliminando a dualidade existente entre o ensino secundário e o profissionalizante. Por meio dessa medida, pretendia-se profissionalizar um universo expressivo de jovens, oportunizando-lhes a conclusão dos estudos mais cedo e a inserção no trabalho. Em consequência disso, haveria uma queda na procura pelo ensino superior, amenizando as



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

cobranças da sociedade pela expansão desse nível de ensino. O propósito maior da obrigatoriedade da habilitação profissional no 2º grau era subordinar o ensino ao modelo político e econômico do governo militar, promovendo a formação de mão de obra qualificada para atender as demandas do sistema produtivo.

Mais da metade dos cursos profissionalizantes eram direcionados para a indústria. No geral, o currículo resultou da incorporação de disciplinas da formação geral e técnica, com sérios prejuízos para as primeiras, que perderam espaço para as segundas. Quanto à situação da maioria das escolas, era notório a falta de condições financeiras, técnicas e humanas para a implantação de um ensino profissionalizante, sobretudo de cursos voltados para as áreas de agricultura e indústria, que exigiam mais equipamentos e espaços de aprendizagem. Havia também dificuldades em relação ao corpo docente, devido a falta de profissionais com formação específica, para atender a grande demanda de cursos existentes.

As escolas privadas, em sua maioria, conseguiram burlar a legislação, apresentando em seus documentos oficiais a oferta de cursos técnicos. Porém, na prática ofereciam ensino humanístico e propedêutico, garantindo às classes com melhor poder aquisitivo formação geral de qualidade, que as conduzia à universidade. Por sua vez, as escolas públicas eram obrigadas a oferecer o ensino profissional, mesmo com qualidade insatisfatória.

Por outro lado, as Escolas Técnicas Federais, por se destinarem exclusivamente para a oferta do 2º grau profissionalizante, viviam uma realidade distinta da mencionada acima, gozando de uma melhor conjuntura física, humana e pedagógica para a formação de técnicos de nível médio com qualidade (ORTIGARA; GANZELI, 2013). Essa condição implicou no reconhecimento por parte de diferentes segmentos da sociedade do papel e da importância dessas instituições no cenário econômico e social (FRIGOTTO et al., 2005).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Diante dessa conjuntura, o governo militar editou o Parecer nº 76/75, acrescentando uma nova habilitação ao ensino profissionalizante: a habilitação básica, de caráter geral, que em paralelo com as já existentes – técnico pleno e técnico parcial – trouxe de volta a questão do ensino dual. Isto porque a habilitação básica equivalia ao curso propedêutico à universidade e as demais habilitações ao profissionalizante, direcionado para o mercado de trabalho.

Em 1978, o governo decidiu realizar mais uma mudança no ensino profissional, por meio da promulgação da Lei nº 6.545/78³, que autorizou a transformação de três Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, a saber: Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As demais instituições de ensino técnico da rede federal passaram por tal mudança durante os anos 80 e 90. O surgimento dos CEFETs ocorreu principalmente para legitimar a oferta de cursos superiores por estas instituições, fato que marcou sobremaneira o processo de reordenamento da rede federal de educação profissional, cujas fases mais efervescentes ocorreram nos governos de Fernando Henrique Cardoso/FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010).

Os anos 80 ensejaram uma nova conjuntura política contrária ao governo militar, com a perda de aliados e o aumento de inimigos. A sociedade civil passou a se manifestar através de entidades e organizações representando diferentes segmentos, que reivindicavam, sobretudo, um país mais livre e democrático. A burguesia nacional também sinalizava sua insatisfação em decorrência das sucessivas crises econômicas. As instituições estrangeiras exigiam o pagamento de empréstimos vultuosos cedidos ao país. Todo esse contexto desencadeou um processo lento e gradual de abertura política, caminho inevitável para o fim do regime.

3A Lei nº 6.545/78 estabeleceu como objetivos para os CEFETs a oferta de ensino, pesquisa e extensão. O ensino abrangia cursos técnicos, de graduação (Engenharia Industrial, tecnólogos e licenciaturas) e pós-graduação *lato sensu*. Posteriormente, a referida Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 87.310/82.

**IΦ-Sophia**

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Na área educacional, foi promulgada a Lei nº 7.044/82, que revogava o ensino profissionalizante obrigatório de 2º grau. Tal medida era o notório reconhecimento de que a política educacional em voga, direcionada principalmente para suprir a demanda do mercado de trabalho por mão de obra qualificada, não alcançava os resultados esperados.

A Educação profissional após a redemocratização do país

Diante do péssimo quadro educacional⁴ apresentado no início dos anos 80, o governo federal contraiu um empréstimo financeiro junto ao Banco Mundial, para implantação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), em 1986, que previa a criação de 200 escolas de ensino técnico e agrotécnico⁵ nos diferentes estados do país. O discurso do governo para explicar tal iniciativa respaldava-se na importância e necessidade de incrementar essa modalidade de ensino no país. No entanto, todo esse esforço do governo voltava-se em direção ao alinhamento das políticas educacionais aos postulados do sistema capitalista internacional, que exigiam do Brasil melhores resultados nos índices educacionais, haja vista a necessidade de trabalhadores com melhor qualificação e desempenho no processo produtivo.

Em conformidade às linhas gerais expressas na Constituição de 1988, deu-se início, ainda no final da década de 80, aos trabalhos de elaboração da lei que determinaria as novas diretrizes e bases da educação nacional. Nesse ínterim, ocorreu a aprovação da Lei nº 8.948/1994, que tratava da implantação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

4 Os índices educacionais do país sinalizavam que metade da população encontrava-se na condição de semi-letrada e analfabeta, havia queda na matrícula do ensino primário, escolas de 2º grau em número insuficiente em relação à demanda, expansão de instituições privadas de ensino superior contra a estagnação das públicas e perda salarial dos professores bastante expressiva comparada às décadas anteriores.

5 Do total de escolas planejadas no PROTEC, apenas 65 foram implantadas, entre as quais: 19 Escolas Técnicas Federais, 5 CEFETs e 41 Escolas Agrotécnicas. Algumas dessas escolas enfrentaram problemas para seu funcionamento, sendo fechadas, sobretudo porque foram criadas tendo como critério principal o fator político (OLIVEIRA, M., 2003).

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A referida Lei permitia que as Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) se transformassem em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), sendo às primeiras estabelecido um processo de transformação mais gradual e conforme o atendimento de critérios determinados pelo Ministério da Educação.

O projeto final da nova LDBEN, aprovado sem vetos pelo Presidente da República, em 20 de dezembro de 1996, apresentava um teor em consonância com os preceitos da política neoliberal, uma legislação genérica e abrangente, limitadora do papel do poder público sobre o funcionamento e os investimentos na área educacional, mas suscetível à ação de grupos privados.

Os artigos referentes à educação profissional não explicitavam a quem competia a gestão e oferta dessa modalidade de ensino, tampouco quais seriam as atribuições e responsabilidades do Estado e das demais entidades envolvidas nessa questão. A definição e normatização desses aspectos foram resolvidas mediante a iniciativa do governo na elaboração de outros instrumentos legais, que provocaram uma reforma profunda na educação profissional técnica e no ensino médio, implementada nos anos 90.

Nessa conjuntura, a resposta do governo surgiu com a publicação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamentava alguns artigos da LDBEN relativos à educação profissional. O maior impacto do Decreto foi promover a separação entre esta modalidade de ensino e o ensino médio. A velha dualidade entre a formação geral e a formação profissional foi reinstaurada, uma vez que o ensino técnico somente poderia ser desenvolvido de forma concomitante ou posterior ao ensino médio, cabendo-lhe apenas a transmissão e reprodução de conhecimentos profissionais da área de formação, haja vista a preparação do trabalhador para sua inserção no sistema produtivo.

Outras medidas foram tomadas pelo governo e afetaram diretamente as escolas técnicas federais, comprometendo as perspectivas de investimentos financeiros, bem como a expansão de novas unidades e educativa (oferta de cursos técnicos de nível médio).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Além disso, priorizava-se a oferta de cursos voltados para a formação tecnológica e para a propedêutica, negando sua tradição como instituição de referência no país na área da educação profissional técnica.

Todo esse processo de mudanças no sistema educacional brasileiro inseria-se num contexto mais amplo de reordenamento do sistema capitalista mundial, sob a égide do neoliberalismo. As principais bases sobre as quais se assentavam tais transformações estavam na globalização da economia e na introdução de novas tecnologias no sistema produtivo. Por sua vez, repercutiram na necessidade de formação de trabalhadores com mais qualificação e habilidades.

Com a sanção do Decreto nº 5.154/2004, ficou estabelecido em seu art.1º a oferta da educação profissional por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. O aspecto mais discutido e reivindicado sobre a educação profissional apareceu contemplado no §1º do art.4º, que reinstaurou a integração entre o ensino técnico e o ensino médio, na mesma instituição de ensino, com matrícula única para cada aluno.

Em se tratando da educação superior, seguiu-se o processo de reformulação iniciado no governo FHC, mantendo-se a ideia adotada para os CEFETs, no que se refere a sua caracterização como instituições de ensino superior voltadas para a educação tecnológica. A expectativa dos CEFETs, particularmente os mais antigos, era sua transformação em universidade tecnológica, em decorrência do *status* conquistado como instituição federal de ensino superior.

Havia um projeto de lei em tramitação que previa a criação de três tipos de instituição federal de ensino superior de educação profissional: “universidade tecnológica, centro tecnológico federal e escola tecnológica federal” (BRANDÃO, M., 2010, p.71). Sobre esse projeto de lei, Brandão, M. (2010, p.71) ressalta que sua aprovação poderia



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

“desarticular a Rede Federal de Educação Profissional, transformando-a em diferentes tipos de instituições, com diferentes níveis de autonomia”.

Contudo, no final de 2006 e início de 2007 o governo adotou medidas que evidenciavam mudanças de rumo quanto ao projeto de reformulação da rede federal: a ideia de criação das universidades tecnológicas perdia espaço para outro formato de instituição, denominada Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia/IFET. Sob a ótica de alinhamento da política educacional com o projeto societário, o governo Lula definiu a nova política para a educação profissional e tecnológica, tendo como eixo norteador a qualidade social e como compromisso o desenvolvimento local e regional, na perspectiva do alcance de uma “formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados” (BRASIL, 2008, p.16).

Brandão, M. (2010) destaca como pilares dessa nova política as seguintes ações: maior incentivo, por parte do governo, da oferta de cursos técnicos de nível médio; lançamento do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, constituído por duas fases; publicação do Decreto nº 6.905/2007 que tratava das diretrizes para integração de instituições federais de educação tecnológica, haja vista a formação dos IFET.

Em 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brandão, M. (2010) ressalta que foi a primeira Lei a instituir legalmente a rede federal. De fato, um marco para a história da educação profissional que, após quase 100 anos de trajetória, conquistava uma estrutura orgânica, com potencial para alavancar os índices educacionais do país.

Os Institutos Federais se colocam a serviço da sociedade, antenados com os seus problemas sociais e econômicos, tendo em vista contribuir para a superação dos mesmos, a partir da produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Com substrato



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

em processos educativos voltados para a formação de profissionais, numa perspectiva emancipatória e transformadora. Uma nova realidade que traz novos desafios e exigências, no que tange a concepção, elaboração e execução de um projeto pedagógico que contemple a integração e verticalização de diferentes níveis e modalidades de ensino, balizado pelas dimensões da educação, ciência, tecnologia e cultura. Um projeto de educação nos moldes do que a sociedade brasileira verdadeiramente necessita e deseja de uma instituição de educação profissional e tecnológica, que definiu como fator primordial a qualidade social.

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BRANDÃO, Marisa. “O governo Lula e a chamada educação profissional e tecnológica”. *In Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, vol.1, nº 01, p. 61-87, jan./jun 2010.
- BRASIL. MEC/SETEC. **Concepção e Diretrizes - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/ SETEC, 2008.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GALINDO, Jussara. Formação para o trabalho e profissionalização no Brasil: da assistência à educação formal. In: BATISTA, Eraldo Leme e MÜLLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A educação profissional no Brasil: histórias, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas, SP: Alínea, 2013. p.39-57.
- GOMES, Hélica Silva Carmo. Os modos de organização e produção do trabalho e a educação profissional no Brasil: uma história de dualismos e racionalidade técnica. In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A educação profissional no Brasil: histórias, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas, SP: Alínea, 2013. p.59-81.
- MÜLLER, Meire Terezinha. A educação profissionalizante no Brasil e no SENAI: a formação para o trabalho. In: BATISTA, Eraldo Leme e MÜLLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A educação profissional no Brasil: histórias, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas, SP: Alínea, 2013. p.85-121.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETs**. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Série Prática Pedagógica)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

OLIVEIRA, Ramon de. A reforma da educação profissional nos anos 90. In: BATISTA, Eraldo Leme e MÜLLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A educação profissional no Brasil: histórias, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas, SP: Alínea, 2013. p.219-234.

ORTIGARA, Claudino; GANZELI, Pedro. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: permanências e mudanças. In: BATISTA, Eraldo Leme e MÜLLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A educação profissional no Brasil: histórias, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas, SP: Alínea, 2013. p.257-280.

REGATTIERI, Marilza; CASTRO, Jane Margareth (Orgs.). **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração**. Brasília: UNESCO, 2009.

TOMÉ, Ana Clécia de Abreu. "Trabalho e/ou educação: história da educação profissional no Brasil". In **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, vol.1, n.2, p.1-13, julho/dez. 2012.